

Nota Informativa

Edição 051/2023

DESTAQUES

Moraes diz que big techs devem responder por conteúdo monetizado e impulsionado

Sobe para R\$ 20 milhões compras de TIC que exigem chancela da Secretaria de Governo Digital

Contra desinformação, governo propõe autorregulação regulada e entidade autônoma de supervisão

Câmara aprova MP que altera tributação de empresas em negócios com o exterior

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Evento semestral da Andifes tem participação do MEC

ANPD esclarece dúvidas sobre a atuação do Encarregado e a emissão de selos de conformidade com a LGPD

Renata Mielli é a primeira mulher a coordenar o CGI.Br

Saiba o que torna uma cidade um Destino Turístico Inteligente

Veículos digitais querem ser remunerados por plataformas por meio de fundo setorial

Gov.br já reúne mais de 63 milhões de contas com reconhecimento facial

RNP implementa ChatGPT no atendimento a usuários do Internet Brasil

Anatel fará consolidação de regras para licenças de SLP

Brasil é líder em roubo de credenciais na América Latina, diz pesquisa

REFORMA TRIBUTÁRIA

Secretário de Reformas Econômicas participa de audiência sobre a reforma tributária na Câmara dos Deputados

Fernando Haddad pede apoio dos prefeitos à Reforma Tributária

Carta dos municípios cobra reformas tributária e previdenciária

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Emprego formal foi o que mais contribuiu para queda de ocupação, diz IBGE

Haddad se reúne com mercado e empresários após anúncio do arcabouço fiscal

Subsídios de natureza creditícia registram queda e alcançam R\$ 227 milhões no primeiro bimestre de 2023

Secretário do Tesouro diz que governo anuncia na semana que vem novo marco para parcerias-público privadas

Haddad: "Não vamos acabar com Simples, não vamos criar CPMF nem onerar a folha de pagamentos"

JUDICIÁRIO

STF realiza na sexta (31) Simpósio de Segurança Cibernética dos Tribunais Superiores

POLÍTICA

STF suspende julgamento definitivo sobre Lei das Estatais

Planalto quer proibir 'fogo amigo' contra fim de desonerações por arcabouço fiscal

Senador apresenta proposta para instituir segregação patrimonial e capital mínimo de plataforma cripto

Líderes do Senado não aceitam mudanças em comissões mistas de MPs

Grupo da Digitalização e Desburocratização atuará em nove áreas de gestão governamental

Partidos anunciam formação do maior bloco da Câmara, com 142 deputados federais

RELAÇÕES EXTERIORES

Lula remarca viagem para a China para 11 de abril

DESTAQUES

Moraes diz que big techs devem responder por conteúdo monetizado e impulsionado

Poder Judiciário | 31/03/2023 – 09h38min

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes afirmou na sexta-feira (31) que irá sugerir ao Congresso que as big techs sejam responsabilizadas por todo conteúdo monetizado e impulsionado. Segundo ele, essa proposta muda a ideia de que as plataformas são só intermediárias. As medidas se inserem em sua visão de que as plataformas devem ser tratadas como empresas de mídia e não de tecnologia. Ele disse que as plataformas foram cooperativas na eleição do ano passado, dentro da visão delas do negócio, mas que há total irresponsabilidade. "O que ocorre hoje é uma total irresponsabilidade dos que levam a notícia para milhares de pessoas", disse. "Dia 8 de janeiro é o grande exemplo de

instrumentalização das redes. Várias medidas já eram de destruição e deixaram proliferar." A declaração foi dada em evento em São Paulo sobre democracia e plataformas digitais na Faculdade de Direito da USP, da qual Moraes é professor. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Sobe para R\$ 20 milhões compras de TIC que exigem chancela da Secretaria de Governo Digital

Poder Executivo | 30/03/2023

O Ministério da Gestão publicou na sexta, 31/3, a atualização das regras de compras de TICs por órgãos federais. A principal mudança é o fim da referência à Lei 8.666/91 e a adoção do valor expresso de R\$ 20 milhões a partir do qual as compras de tecnologia e comunicações precisam ser previamente autorizadas pela Secretaria de Governo Digital. A nova IN 6/23, portanto, atualiza o disposto na IN 5/21, que fixava esse piso em 20 vezes o valor de referência previsto na Lei 8.666/91 – que era R\$ 650 mil e, portanto, tinha como exigência de chancela da SGD as contratações acima de R\$ 13 milhões. Assim, os órgãos e entidades deverão submeter à SGD solicitação para aprovação de contratações relativas a bens e serviços de TIC com valor global estimado do objeto igual ou superior a R\$ 20 milhões. Sendo que esse valor global estimado do objeto compreende o montante da demanda do órgão gerenciador das atas mais a demanda das entidades participantes do registro de preço.

Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Contra desinformação, governo propõe autorregulação regulada e entidade autônoma de supervisão

Poder Executivo | 30/03/2023 – 22h20min

A proposta do poder Executivo para o texto do [Projeto de Lei 2.630/2020](#), conhecido como PL das Fake News, prevê uma modelagem de regulação de plataformas digitais baseada na autorregulação regulada para moderação de conteúdos e na criação de entidade autônoma de supervisão. O texto era esperado há dias por aquele que estão acompanhando os debates sobre o tema de plataformas digitais de conteúdo de terceiros que se configurem enciclopédias online sem fins lucrativos, como a Wikipedia repositórios científicos e educativos, plataformas de desenvolvimento e compartilhamento de software de código aberto; provedores de aplicação e a plataformas fechadas de reuniões virtuais por vídeo ou voz; e plataformas cuja atividade primordial seja de comércio eletrônico de produtos. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Câmara aprova MP que altera tributação de empresas em negócios com o exterior

Poder Legislativo | 30/03/2023 – 18h38min

A Câmara dos Deputados aprovou na quinta-feira (30) a Medida Provisória 1152/22, que muda regras para fixação de preços usados em transações entre empresas relacionadas a fim de adequar as normas nacionais às praticadas pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e evitar práticas destinadas a diminuir o pagamento de tributos. A MP será enviada ao Senado. Editada no fim do governo Bolsonaro, a MP foi aprovada na forma de um substitutivo do relator, deputado Da Vitória (PP-ES), que mudou principalmente aspectos relacionados aos preços de commodities e de envio de royalties. As novas regras terão vigência a partir de 1º de janeiro de 2024, mas o contribuinte interessado poderá optar por aplicá-las a partir de 1º de janeiro de 2023. Segundo a exposição de motivos da MP, este seria o caso de multinacionais dos Estados Unidos que, devido a mudanças na

legislação daquele país em janeiro de 2022, ao fazer essa opção poderiam voltar a contar com a dedução, no imposto a pagar pela matriz, do imposto pago pelas empresas relacionadas e cobrado no Brasil. A condição para a continuidade desse benefício nos Estados Unidos é que as transações sejam feitas com países que adotem as regras agora propostas pela MP. Segundo a Fazenda, isso poderia manter ou aumentar os investimentos no Brasil. Outro argumento para a mudança é o preparo da legislação brasileira para dar continuidade ao processo de ingresso do País na OCDE, que exige a uniformização de procedimentos dessa natureza. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Evento semestral da Andifes tem participação do MEC

Poder Executivo | 31/03/2023 14h26min

A Secretaria de Educação Superior (Sesu) e a Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), do Ministério da Educação (MEC), participaram do evento semestral do Colégio de Gestores de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC), da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). O evento ocorreu nos dias 28 e 29 de março no auditório da Andifes, em Brasília. O objetivo do encontro semestral é discutir pautas de interesse das instituições federais ligadas à tecnologia. O MEC foi representado pela secretária de Educação Superior, Denise Carvalho; e pelo subsecretário de Tecnologia da Informação e Comunicação, Fábio Campelo. Com intuito de construir uma aproximação colaborativa para as questões de tecnologia da informação e comunicação junto às universidades federais, Campelo abordou o tema “STIC e Andifes: desafios e oportunidades”. Na ocasião, propôs, como primeiro passo para maior integração, a criação de um Comitê Executivo com a participação de integrantes da Andifes, do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), do MEC e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Fonte: ASCOM MEC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ANPD esclarece dúvidas sobre a atuação do Encarregado e a emissão de selos de conformidade com a LGPD

Poder Executivo | 31/03/2023 – 11h38min

Diante de dúvidas sobre as competências e a atuação do Encarregado, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, como órgão central de interpretação da [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), informa que: As competências do encarregado estão descritas nos incisos I a IV do § 2º do art. 41 da LGPD, cabendo exclusivamente à ANPD, segundo o § 3º do mesmo artigo, “estabelecer normas complementares sobre a definição e as atribuições do encarregado”. A ANPD ainda não estabeleceu normas complementares sobre as atribuições do encarregado, tema que será objeto de regulamentação futura, conforme previsto na Agenda Regulatória para o biênio 2023-2024. Por isso, até a presente data, não há reconhecimento oficial, pela ANPD, quanto à validade de qualquer norma ou procedimento de conduta estabelecidos por entidades privadas com o objetivo de nortear a atuação dos profissionais que atuam como encarregado. Fonte: ASCOM ANPD

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Renata Mielli é a primeira mulher a coordenar o CGI.Br

Mercado | 31/03/2023 – 11h36min

A jornalista Renata Mielli é a nova coordenadora do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.Br). A portaria com sua nomeação foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) de sexta-feira, 31. Mielli representará o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), enquanto a vice coordenação será ocupada por Rubens Diniz Tavares, também do MCTI. Renata Mielli substitui José Gontijo, que deixou o Ministério na transição para o governo Lula. A nova coordenadora já tomou posse na reunião do colegiado que acontece na sexta-feira e é a primeira mulher a coordenar o colegiado. Jornalista, graduada em Comunicação Social pela Faculdade Cásper Líbero (2003), Mielli é atualmente doutoranda no Programa de Ciências da Comunicação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM-ECA-USP). Integra a Câmara de Conteúdos e Direitos Autorais do CGI.br e fez parte da Câmara de Universalização e Inclusão Digital da entidade. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Saiba o que torna uma cidade um Destino Turístico Inteligente

Poder Executivo | 31/03/2023 – 10h12min

Destinos Turísticos Inteligentes são uma tendência crescente na indústria do turismo. É uma estratégia desenvolvida na Espanha que ajuda as cidades a darem maior visibilidade aos atrativos turísticos, com a implantação de tecnologias que tornam os destinos mais acessíveis e sustentáveis. No Brasil, a metodologia, foi adaptada à realidade brasileira, sendo implantada em 2021 pelo Ministério do Turismo, em parceria com o Instituto Ciudades del Futuro. No país, o DTI é desenvolvido tendo como foco nove pilares: Governança; Inovação; Tecnologia; Sustentabilidade; Acessibilidade; Promoção e Marketing; Segurança; Mobilidade e Transporte e Criatividade. As cidades que se dispõem a implantar as diretrizes para tornar os seus destinos mais atrativos, adquirem o selo DTI após 80% dos requisitos cumpridos pelo plano de transformação. Fonte: ASCOM MT

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Veículos digitais querem ser remunerados por plataformas por meio de fundo setorial

Mercado | 31/03/2023 – 09h25min

A Associação de Jornalismo Digital (Ajour) divulgou nota em que defende que as plataformas digitais remunerem os veículos de comunicação pelo conteúdo utilizado. A entidade, que representa mais de cem veículos online, propõe que seja criado um fundo com governança independente e transparência para gerir e definir os critérios de distribuição desses recursos. De acordo com a associação, a possibilidade de a negociação ser feita diretamente entre as plataformas e os veículos, sem transparência sobre valores e critérios, concentra poder nas próprias big techs e beneficia os grandes conglomerados de comunicação. Foi o que ocorreu de maneira acentuada, segundo a Ajour, na Austrália. A regulamentação das plataformas é discutida no Projeto de Lei 2630/2020, mais conhecido como PL das Fake News, em tramitação na Câmara. O relator da proposta, Orlando Silva (PCdoB-SP), vai analisar as sugestões encaminhadas pelo governo esta semana – e ainda não divulgadas oficialmente – para apresentar sua versão final do texto. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Gov.br já reúne mais de 63 milhões de contas com reconhecimento facial

Poder Executivo | 31/03/2023

Segundo dados do Ministério da Gestão, 146 milhões de brasileiros já estão cadastrados no Gov.br, sendo que 63,4 milhões possuem conta Prata ou Ouro, que exigem reconhecimento facial como forma de confirmação de identidade. Ainda segundo a pasta, 10 milhões de usuários fizeram essa mudança de nível no primeiro trimestre de 2023. E em

março, a plataforma atingiu o marco de 40 milhões de usuários com conta Ouro. Nesse período, o Banco Central passou a exigir a conta qualificada para o sistema de Valores a Receber, bem como a Receita Federal exige os níveis mais altos para acesso à declaração pré-preenchida do Imposto de Renda. Segundo o governo, "com os níveis de acesso Prata e Ouro a vantagem é reforçada com a validação de sua identidade para acesso a serviços considerados mais sensíveis, como assinatura eletrônica e prova de vida digital. As identidades Prata ou Ouro exigem maior garantia quanto a autenticação da identificação do cidadão e permiteM interações eletrônicas com os entes públicos com informações protegidas por grau de sigilo". Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RNP implementa ChatGPT no atendimento a usuários do Internet Brasil

Poder Executivo | 30/03/2023 – 19h38min

Usuários do Internet Brasil passaram a contar em março com o ChatGPT para atender o público do programa, que disponibiliza chips gratuitos de dados móveis para alunos da educação básica. O anúncio foi feito pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). A ferramenta de inteligência artificial (IA) tem a capacidade de responder aos questionamentos feitos pelos usuários com um alto índice de acerto. Primeiramente, técnicos da RNP ensinaram a IA especificamente sobre o Internet Brasil, com conteúdos próprios para atender beneficiários e gestores do programa. Na etapa, foi registrada marca de 90% de respostas corretas já nos primeiros testes. Esse número ainda deve subir ao longo do tempo, já que a ferramenta está em constante aprendizado. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Anatel fará consolidação de regras para licenças de SLP

Poder Executivo | 30/03/2023 – 19h09min

A Anatel está preparando a consolidação de todas as normas para obtenção de licenças de uso de radiofrequência para o Serviço Limitado Privado (SLP) em um instrumento único. Essa é a licença usada para a implementação de redes privadas. Hoje há várias frequências disponíveis para essa finalidade, mas as especificações e os processos para obtenção das licenças estão espalhados entre várias resoluções e portarias. A ideia é concluir essa consolidação ainda este ano, incluindo também a liberação das faixas de 410 MHz e 450 MHz. Outras faixas que servem para SLP são 250 MHz, 1,4 GHz, 2,5 GHz, 3,7 GHz e 27,5 GHz. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Brasil é líder em roubo de credenciais na América Latina, diz pesquisa

Mercado | 30/03/2023

O Brasil tem uma das maiores superfícies de ataques cibernéticos do mundo. Estima-se que em 2022 o país respondeu sozinho por mais da metade (55%) dos roubos de credenciais na América Latina, região que, no período, registrou mais de 6 milhões de ocorrências desse tipo. Os números são da Appgate, empresa especializada em segurança cibernética. Entre os fatores que explicam a alta vulnerabilidade do Brasil estão a dimensão do território, o número de habitantes, o nível de investimento das empresas em segurança e, principalmente, o nível de conhecimento da população. Fonte: TI Inside

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Secretário de Reformas Econômicas participa de audiência sobre a reforma tributária na Câmara dos Deputados

Poder Executivo | **30/03/2023 – 19h20min**

O secretário especial de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto, participou na quarta-feira (29) de audiência pública do Grupo de Trabalho da Reforma Tributária na Câmara dos Deputados. O colegiado analisa as Propostas de Emenda à Constituição nº 45/19, da Câmara, e nº 110/19, do Senado. A atividade contou com a presença de representantes de setores ligados ao sistema financeiro, comércio, serviços e turismo. O debate visa enriquecer as discussões e possibilitar uma visão mais ampla e plural dos impactos da reforma tributária nas diferentes esferas da sociedade e setores da economia, a fim de promover um sistema mais simples, transparente, justo e moderno. Fonte: ASCOM MF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Fernando Haddad pede apoio dos prefeitos à Reforma Tributária

Poder Executivo | **30/03/2023 – 18h24min**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, conclamou os prefeitos de todo o país a se unirem em torno da Reforma Tributária. Haddad e o secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, participaram na terça-feira (28) da 24ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, promovida pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). “Precisamos dar um passo grande, um passo generoso, dar uma boa notícia para o Brasil. Todo mundo vai ganhar com isso”, ressaltou. Haddad informou que a essência da proposta é fazer o tributo retornar a quem o pagou, em cumprimento aos direitos constitucionais do cidadão. “Hoje 176 países fazem isso”, disse o ministro, referindo-se ao número de nações que adotam o modelo do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), ponto central das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 45 e 100, de autoria, respectivamente, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e que contam com o apoio do governo federal. “Uma nação não se constrói olhando para o próprio umbigo. É preciso olhar para a cidade vizinha, para o estado vizinho, porque são nossos irmãos que estão lá”, afirmou. Fonte: ASCOM MF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Carta dos municípios cobra reformas tributária e previdenciária

Poder Executivo | **30/03/2023 – 17h46min**

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) divulgou, na quinta-feira (30), a Carta da XXIV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, na qual apresenta estudos e propostas de enfrentamento para os principais problemas vividos pelos gestores públicos do país. Entre os principais pedidos figuram as reformas da Previdência, fiscal e tributária, além da prorrogação da nova Lei de Licitações. Segundo o presidente do CNM, Paulo Ziulkoski, o evento reuniu mais de 11 mil participantes entre prefeitos, vice-prefeitos, secretários municipais, vereadores e outros agentes municipais em quatro dias de programação. As sugestões serão entregues aos presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva; da Câmara, Arthur Lira; do Senado, Rodrigo Pacheco, e aos ministros do Executivo e do Supremo Tribunal Federal (STF). O documento encaminhado pela CNM apresenta quatro propostas de emenda à Constituição. “Uma para estender aos municípios os benefícios da Reforma Previdenciária, que priorizou apenas as contas da União; outra para viabilizar a coincidência das eleições; também foi proposta a imposição de atualização permanente dos valores dos programas federais; e o Movimento Mulheres Municipalistas (MMM) defendeu uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que estende a licença-maternidade às gestoras municipais”, afirma a carta. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO**Emprego formal foi o que mais contribuiu para queda de ocupação, diz IBGE**

Poder Executivo | 31/03/2023 – 12h54min

Os empregos formais, puxados pela administração pública, foram os que mais influenciaram para a redução da população ocupada no trimestre encerrado em fevereiro, segundo a coordenadora de Trabalho e Rendimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Adriana Beringuy. A população ocupada caiu 1,6% no trimestre até fevereiro, para 98,122 milhões, uma diferença de 1,571 milhão a menos de trabalhadores ocupados, mostraram os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua. Desse contingente de 1,571 milhão de trabalhadores a menos, 596 mil (ou 37,8%) do total foram trabalhadores informais. O IBGE inclui no grupo de trabalhadores informais os empregados do setor privado sem carteira de trabalho assinada, os trabalhadores domésticos sem carteira, os trabalhadores por conta própria sem CNPJ, os empregadores sem CNPJ e o chamado trabalhador familiar auxiliar, que trabalham para a própria família, mas sem rendimento. O restante, portanto, fazia parte do mercado formal. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)**Haddad se reúne com mercado e empresários após anúncio do arcabouço fiscal**

Poder Executivo | 31/03/2023 – 12h11min

No dia seguinte à apresentação do arcabouço fiscal, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) recebeu representantes do mercado financeiro e de setores produtivos em São Paulo. Os encontros, sete no total, foram agendados com antecedência para tratar de assuntos diversos, incluindo a nova regra fiscal e a esperada reforma tributária. Durante a sexta (31), estiveram com o ministro representantes do Santander Brasil, entre eles o presidente Mário Leão; a Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e o presidente da Enel, Max Xavier. Na parte da tarde, são esperados economistas chefes de agências do mercado financeiro e o presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva, que tem relação próxima com o governo Lula e chegou a entregar uma contribuição à reforma tributária cerca de três meses atrás. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)**Subsídios de natureza creditícia registram queda e alcançam R\$ 227 milhões no primeiro bimestre de 2023**

Poder Executivo | 31/03/2023 – 11h15min

Os subsídios de natureza creditícia reduziram de R\$ 839,8 milhões no primeiro bimestre de 2022 para R\$ 227 milhões no mesmo período de 2023, em valores correntes. Essa queda significativa é resultado das liquidações antecipadas dos empréstimos por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ocorridas no ano passado (R\$ 59 bilhões), que contribuíram para que o saldo dos contratos que constituem os subsídios implícitos em fevereiro deste ano (R\$ 32,6 bilhões) fosse menor do que o saldo verificado no mesmo mês de 2022 (R\$ 95,1 bilhões), reduzindo a base sobre a qual incidem os subsídios. Esses números estão no Boletim de Subsídios do Tesouro Nacional no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e nos empréstimos ao BNDES do primeiro bimestre de 2023, divulgado pelo Tesouro Nacional. O material também faz uma projeção dos subsídios, que vão até 2041, trazendo-os a valor presente. Nesse cálculo, os subsídios financeiros projetados alcançam R\$ 1,2 bilhão e os subsídios creditícios, R\$ 4,7 bilhões. Fonte: ASCOM MF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Secretário do Tesouro diz que governo anuncia na semana que vem novo marco para parcerias-público privadas

Poder Executivo | 30/03/2023 – 17h18min

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou na quinta-feira (30) que o governo vai anunciar na próxima semana um novo marco para as parcerias público-privadas (PPPs). O governo aposta na revisão desse marco para destravar investimentos, principalmente em estados e municípios e também em áreas como mobilidade urbana, saneamento, saúde e educação. "Na semana que vem, nós devemos anunciar um pacote de medidas para o arcabouço de PPPs, principalmente para estimular as PPPs e concessões nos estados e municípios. As PPPs são instrumentos que podem alavancar muito infraestrutura econômica e social e elas têm algumas dificuldades de deslanchar nos entes subnacionais", disse Ceron. Uma dessas dificuldades é a ausência de interesse de investidores privados. O novo marco deve prever que a União seja garantidora de PPPs feita por estados e municípios.

Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Haddad: "Não vamos acabar com Simples, não vamos criar CPMF nem onerar a folha de pagamentos"

Poder Executivo | 30/03/2023

O cumprimento das metas de resultado primário previstas no novo marco fiscal não envolverá a criação de impostos ou aumento de alíquotas atuais, disse na quinta-feira (30), em Brasília, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele, no entanto, admitiu que algumas desonerações para setores específicos poderão ser revertidas. Haddad prometeu que o governo anunciará, na próxima semana, medidas para garantir um incremento de receitas em até R\$ 150 bilhões neste ano. No entanto, reiterou que a alta não decorre de novos tributos. "É um conjunto de medidas saneadoras entre R\$ 100 bilhões e R\$ 150 bilhões até o fim do ano. Com vistas a dar possibilidade de crescimento. Eu tenho a convicção de que esse país melhor está contemplado com essa fórmula que estamos anunciando", declarou o ministro ao apresentar o projeto de lei complementar do novo arcabouço fiscal. "Se, por carga tributária, se entende a criação de tributos ou o aumento de alíquota, não está no nosso horizonte. Não estamos pensando em criar uma CPMF [antigo imposto sobre transações financeiras], nem em onerar a folha de pagamentos, nem vamos acabar com o Simples", garantiu Haddad.

Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

JUDICIÁRIO

STF realiza na sexta (31) Simpósio de Segurança Cibernética dos Tribunais Superiores

Poder Judiciário | 31/03/2023 – 08h

O Supremo Tribunal Federal (STF) realiza, na sexta-feira, (31), a partir das 9h, na sala de sessões da Primeira Turma, o "Simpósio de Segurança Cibernética dos Tribunais Superiores". O objetivo é capacitar e conscientizar servidores do Judiciário sobre a importância da segurança cibernética nos tribunais. Durante o evento, serão compartilhadas boas práticas em segurança da informação, metodologias de análise de riscos, experiências em prestação de serviços, detecção e resposta a incidentes, além das tendências da segurança cibernética no Brasil. Fonte: ASCOM STF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

STF suspende julgamento definitivo sobre Lei das Estatais
Poder Judiciário | 31/03/2023 – 15h30min

O Supremo Tribunal Federal (STF) interrompeu na sexta-feira (31), em Brasília, o julgamento sobre a validade da liminar que suspendeu parte da Lei das Estatais, aprovada em 2016, para proibir indicações de pessoas ligadas diretamente a governos e com ligação direta com partidos políticos para a diretoria de empresas públicas. Na semana passada, o ministro Ricardo Lewandowski suspendeu o trecho da norma que impedia ministros de Estado e secretários estaduais e municipais de atuarem nas diretorias e nos conselhos de administração de estatais. A decisão foi colocada na sexta-feira (31) para referendo do plenário virtual da Corte, mas o julgamento foi suspenso por um pedido de vista do ministro Dias Toffoli. Apesar da paralisação do julgamento, a liminar de Lewandowski continua valendo.

Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Planalto quer proibir ‘fogo amigo’ contra fim de desonerações por arcabouço fiscal
Poder Executivo | 31/03/2023 – 14h52min

O Palácio do Planalto pretende centralizar nos ministros Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais) as negociações com o Congresso em torno do fim, ou redução, de desonerações, medida crucial para viabilizar o novo arcabouço fiscal apresentado na quinta-feira pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Assim, a tendência é que sejam vetadas negociações diretas de integrantes de outras pastas na Esplanada com os parlamentares, a fim de evitar "fogo amigo". Interlocutores ouvidos pelo Valor admitem que encerrar ou limitar as desonerações é uma medida impopular e gera conflitos que terão ser tratados inclusive dentro do próprio governo. Já se prevê "pressão de todos os lados" pela manutenção das isenções de impostos concedidas a diversos setores nos últimos anos. Esses conflitos, no entanto, devem ser tratados internamente. O plano de Haddad conta com o aumento da arrecadação para permitir aumento de despesas e reversão do déficit fiscal. O receio no Planalto é que ministros que têm diálogos com suas respectivas áreas acabem negociando diretamente com o Congresso sem o aval do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de seus auxiliares mais próximos. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Senador apresenta proposta para instituir segregação patrimonial e capital mínimo de plataforma cripto

Poder Legislativo | 31/03/2023 – 11h41min

O senador Marcos do Val (Podemos-ES) apresentou um projeto de lei que prevê a chamada segregação patrimonial nas plataformas de criptoativos, assunto que foi alvo de polêmica entre as prestadoras de serviço locais e estrangeiras e que ficou fora do marco regulatório do setor, sancionado no final do ano passado. O projeto de lei busca ainda instituir um capital prudencial mínimo para operação das corretoras de ativos digitais, que devem ser reguladas pelo Banco Central. Entre os advogados e autoridades do setor, há dúvidas se a regulamentação infralegal do Banco Central e da CVM, prováveis supervisores do segmento, teria alcance para promover a segregação de ativos. Alguns defendem que o tema seria melhor endereçado por meio de lei complementar. A segregação patrimonial e capacidade financeira dos intermediadores de serviços financeiros digitais ganhou destaque no final do ano passado com a quebra da corretora FTX nos EUA, acusada de ter usado dinheiro dos clientes para aplicações próprias. No processo de recuperação judicial, os clientes passaram a ser credores da massa em recuperação. Se houvesse a segregação de ativos, eles teriam os depósitos apartados e fora dos esforços de recuperação. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Líderes do Senado não aceitam mudanças em comissões mistas de MPs

Poder Legislativo | 30/03/2023 – 19h03min

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) afirmou na quinta-feira (30), após reunião com líderes partidários, que os senadores não aceitam acabar com a paridade na composição das comissões mistas que analisam as Medidas Provisórias (MPs) editadas pelo governo federal. A divergência no funcionamento desses colegiados, compostos em igual número por deputados federais e senadores, tem gerado um impasse na tramitação das MPs, o que pode travar a agenda legislativa do governo no Congresso Nacional. "Eu consultei os líderes do Senado Federal em relação à proposta de alteração regimental, da alteração da cultura sempre praticada no Congresso Nacional da paridade entre deputados e senadores nas comissões mistas do Congresso Nacional e nenhum líder apoiou essa ideia. Então não é possível, de nossa parte, concordar com essa ideia de uma alteração do regimento que estabelece o mesmo número de senadores e deputados nas comissões mistas, a exceção da Comissão Mista de Orçamento. Essa é a previsão regimental, essa me parece a inteligência do equilíbrio do bicameralismo, que é a força igual de Câmara e Senado para debater temas nacionais", afirmou a jornalistas no início da tarde, após a reunião. Na semana passada, o presidente do Senado decidiu que a análise de medidas provisórias enviadas pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltará a seguir o rito previsto na Constituição Federal, ou seja, passarão pelas comissões mistas, colegiados com integrantes da Câmara e do Senado, de forma paritária (mesmo número de integrantes de cada Casa). Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Grupo da Digitalização e Desburocratização atuará em nove áreas de gestão governamental

Poder Legislativo | 30/03/2023 – 17h05min

O relator do novo Grupo de Trabalho da Câmara dos Deputados sobre Digitalização e Desburocratização, deputado Julio Lopes (PP-RJ), apresentou seu plano de ação com nove áreas de gestão governamental sobre as quais o colegiado deve se debruçar para buscar soluções de simplificação da vida do cidadão. Uma das áreas é a administração tributária, em linha com Grupo de Trabalho da Reforma Tributária. Na primeira reunião do grupo, Lopes disse que apenas a adoção de medidas de digitalização na área tributária, como o monitoramento dos combustíveis, já teria o poder de ampliar a base de arrecadação do governo. Ele disse que tem se reunido com a Receita Federal e que foi informado sobre a implantação, em breve, de um monitoramento tributário para o setor de fármacos. As outras oito áreas objeto do grupo de trabalho são moeda e sistema financeiro; saúde pública; desenvolvimento social; eventos climáticos extremos; educação; monitoramento dos biomas brasileiros e Amazônia; saneamento; e administração pública e governança. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Partidos anunciam formação do maior bloco da Câmara, com 142 deputados federais

Poder Legislativo | 30/03/2023 – 16h02min

Cinco partidos anunciaram a formação de um bloco para atuação conjunta na Câmara dos Deputados. O grupo totaliza 142 parlamentares e será o maior da Casa. Formado por MDB, PSD, Republicanos, Podemos e PSC, o bloco reúne partidos aliados ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e partidos que haviam declarado independência ou sinalizado oposição. O anúncio da formação do bloco foi feito na quarta-feira (29). Os blocos parlamentares são formados por dois ou mais partidos para atuar conjuntamente na Câmara. Têm líderes em comum e influenciam, por exemplo, na distribuição de cargos e comando de comissões. O deputado federal Fábio Macedo (Podemos-MA) foi escolhido como líder do

bloco consolidado. “Unimos as lideranças dos partidos para juntos seguirmos defendendo e levantando as bandeiras programáticas como a independência do parlamento, a despolarização política, a busca por consensos, a defesa da democracia e o desenvolvimento do Brasil”. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RELAÇÕES EXTERIORES

Lula remarca viagem para a China para 11 de abril

Poder Executiva | 31/03/2023 – 13h43min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) remarcou sua viagem para a China para 11 a 15 de abril. Ele deveria ter embarcado inicialmente no sábado (25), mas acabou cancelando a comitiva depois de receber diagnóstico de pneumonia. Desde então, o presidente despacha do Palácio da Alvorada. Já havia expectativa de que a viagem fosse no próximo dia 11, como mostrou a Folha. Em encontro como presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), nesta semana, Lula voltou a convidá-lo para a comitiva na nova data. Eles estiveram reunidos por mais de duas horas e meia na noite de terça-feira (28), quando trataram também de temas econômicos e da crise do rito de análise de MPs (medidas provisórias). O governo brasileiro aguardava o aval dos chineses para a nova data, o que ocorreu agora. Todas as agendas com autoridades estão mantidas. Como a Folha mostrou, o encontro bilateral com o líder chinês, Xi Jinping, era a agenda mais esperada por aliados de Lula. Agora, a expectativa é de que a reunião ocorra entre os dias 13 e 14 de abril. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br